RODRIGO DE SOUZA RODRIGUES

**O TRABALHADOR MIGRANTE INDOCUMENTADO COMO
SUJEITO DE DIREITOS NA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO
TRABALHO**

Dissertação de Mestrado

Orientação: Prof. Associado Dr. Antonio Rodrigues de Freitas Júnior

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2019

RODRIGO DE SOUZA RODRIGUES

**O TRABALHADOR MIGRANTE INDOCUMENTADO COMO
SUJEITO DE DIREITOS NA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL
DO TRABALHO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração “Direito do Trabalho”, sob a orientação do Professor Associado Dr. Antonio Rodrigues de Freitas Júnior.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Rodrigues, Rodrigo de Souza Rodrigues

O trabalhador migrante indocumentado como sujeito de direitos na Organização Internacional do Trabalho / Rodrigo de Souza Rodrigues; orientador Antonio Rodrigues de Freitas Júnior –São Paulo, 2019.

144 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito do Trabalho) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Direito Internacional do Trabalho. 2. Organização Internacional. 3. Direito do Trabalho
I. Rodrigues, Rodrigo de Souza Rodrigues, orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Nome: RODRIGUES, Rodrigo de Souza Rodrigues

Título: *O trabalhador migrante indocumentado como sujeito de direitos na Organização Internacional do Trabalho*

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração “Direito do Trabalho”, sob a orientação do Professor Associado Dr. Antonio Rodrigues de Freitas Júnior.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À minha família. Jeniffer, Theo e Bia. Meu começo, meio e fim.
Aos meus Pais. Alicerce fundamental da minha trajetória.
Aos amigos. Que a convivência seja a nossa morada.
Aos Professores.
Fim.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador, Antonio Rodrigues Freitas Júnior, dedico o meu especial agradecimento que desde a graduação me inspira pela inteligência, educação e, sobretudo, pelo amor ao magistério.

Aos meus amigos de trabalho que, indistintamente, sofreram com a minha ausência.

Ao meu chefe e amigo, Antonio Carlos Nobre Lacerda que, pela confiança a mim depositada, tem a minha eterna gratidão.

RESUMO

RODRIGUES, Rodrigo de Souza Rodrigues. O trabalhador migrante indocumentado como sujeito de direitos na atividade desenvolvida na Organização Internacional do Trabalho e a cooperação para o desenvolvimento como atividade de promoção de sua dignidade e de sua família. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto da jurisprudência firmada sobre o trabalhador migrante indocumentado na Organização Internacional do Trabalho. No primeiro capítulo, inicialmente, a pesquisa voltou-se para a atribuição da Organização Internacional do Trabalho, desde sua fundação, para a organização da migração pelo mundo. Também neste capítulo, demonstrou-se que somente a partir década de 80, a Organização Internacional Trabalho começou a decidir sobre os direitos relacionados ao trabalhador migrante indocumentado como resultado da aprovação da Convenção nº 143, assim como pelas crises econômicas que surgiram nas últimas quatro décadas. No segundo capítulo, o estudo descreve a estrutura normativa da Organização Internacional do Trabalho e a evolução histórica dos instrumentos normativos aplicados ao trabalhador migrante indocumentado. Sobre esse aspecto, as normas internacionais do trabalho foram divididas entre aquelas que possuem aplicação específica para o trabalhador migrante indocumentado e aquelas que são aplicadas a todos os trabalhadores, independente do seu status migratório. No terceiro capítulo, o trabalho tentou descrever a atividade de cooperação para o desenvolvimento, primeiro como instrumento político e depois como instrumento de emancipação e desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Direito Internacional do Trabalho. Organização Internacional do Trabalho. Convenção Internacionais do Trabalho. Recomendações Internacionais do Trabalho. Migração. Direitos Humanos. Cooperação Técnica.

ABSTRACT

RODRIGUES, Rodrigo de Souza Rodrigues. The undocumented migrant worker as a subject of rights in the activity developed in the International Labor Organization and development cooperation as an activity to promote his/her and his/her family dignity. Dissertation (Master's degree) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The purpose of this present study is to analyze the impact of the established jurisprudence on undocumented migrant workers in the International Labor Organization. In the first chapter, initially, the research turned to the attribution of the International Labor Organization, since its foundation, to the organization of migration around the world. Also in this chapter, it has been shown that it was only from the 80s, that the International Labor Organization began to decide on the rights related to undocumented migrant workers as a result of the adoption of Convention Number. 143, as well as the economic crises that emerged in the last four decades. In the second chapter, the study describes the normative structure of the International Labor Organization and the historical evolution of the normative instruments applied to the undocumented migrant worker. Sobre esse aspecto, as normas internacionais do trabalho foram divididas entre aquelas que possuem aplicação específica para o trabalhador migrante indocumentado e aquelas que são aplicadas a todos os trabalhadores, independente do seu status migratório. In the third chapter, the paper attempted to describe the activity of development cooperation, first as a political instrument and then as an instrument of emancipation and development of the least developed countries.

Keywords: Labor Law. International Labor Law. International Labor Organization. International Labor Agreement. International Labor Recommendations. Migration. Human Rights. Technical cooperation.

ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	62
Figura 2	63

GRÁFICOS

Gráfico 1	64
Gráfico 2	64
Gráfico 3	65

QUADROS

Quadro 1.....	67
---------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
O MIGRANTE IRREGULAR COMO SUJEITO DE DIREITOS	13
A LIBERDADE COMO PROTEÇÃO EM FACE DO ESTADO	14
A LIBERDADE COMO PROTEÇÃO EM FACE DOS PARTICULARES	15
A POSITIVAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O SISTEMA DE PROTEÇÃO	16
O CONCEITO DE MIGRANTE E A REDE PROTEÇÃO INTERNACIONAL	17
A TERMINOLOGIA UTILIZADA PARA O MIGRANTE: IRREGULAR, INDOCUMENTADO, ILEGAL OU PÁRIA (ALIEN)	18
A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E QUESTÃO DO TRABALHO DO MIGRANTE INDOCUMENTADO	20
CAPÍTULO 1	26
1.1 ORIGEM DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	26
1.2 A OIT COMO ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL CRIADA EM FAVOR DOS MIGRANTES	26
1.3 A MIGRAÇÃO NO CORPO IURIS DO TRATADO DE VERSALHES	31
1.4 O ESVAZIAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DA OIT SOBRE O TEMA DA MIGRAÇÃO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A ORIGEM DA TEMÁTICA SOBRE O MIGRANTE INDOCUMENTADO	36
1.5 DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA OIT COM AS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A NORMATIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO	40
CAPÍTULO 2	46
1.6 A ESTRUTURA DA OIT	46
1.7 A PRODUÇÃO NORMATIVA DA OIT	47
1.8 AS CONVENÇÕES E AS RECOMENDAÇÕES	49
1.9 OS ÓRGÃOS DE CONTROLE E DE SUPERVISÃO	50
1.10 ÓRGÃOS E DOCUMENTOS ESSENCIAIS	56
1.10.1 Conselho de Administração	56
1.10.2 Comitê de Peritos	56
1.10.3 Programa e Orçamento	56
1.10.4 Relatório Global	57

1.10.5	Registro de Procedimentos.....	57
1.10.6	Boletim Oficial.....	58
1.10.7	Resoluções e Declarações	58
1.11	A DECLARAÇÃO DA OIT SOBRE PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO DE 1998	59
1.12	A ADJETIVAÇÃO DO “MIGRANTE” NOS DOCUMENTOS DA OIT	61
1.13	O SISTEMA NORMATIVO INTERNACIONAL DA OIT DE PROTEÇÃO AO MIGRANTE INDOCUMENTADO	66
1.14	A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO DO TRABALHADOR MIGRANTE	70
1.15	AS NORMAS DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA AO TRABALHADOR MIGRANTE INDOCUMENTADO.....	72
1.16	OS CONFLITOS SOBRE OS TERMOS UTILIZADOS PARA O TRABALHADOR MIGRANTE INDOCUMENTADO OU IRREGULAR NOS DOCUMENTOS DA OIT	73
1.17	A CONVENÇÃO 97 E A RECOMENDAÇÃO 86.....	76
1.18	A CONVENÇÃO Nº 143 E A RECOMENDAÇÃO Nº 151.....	79
1.19	AS NORMAS DE PROTEÇÃO GERAL APLICADAS AO TRABALHADOR MIGRANTE INDOCUMENTADO.....	87
1.20	A IGUALDADE DE TRATAMENTO (INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO).....	87
1.21	TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO.....	90
1.21.1	A questão histórica – a diferença entre a escravidão e o trabalho forçado	90
1.21.2	A aplicação da Convenção nº 29 pela OIT	91
1.21.3	Diferenças entre a Convenção nº 29 e a Convenção nº 105.....	92
1.21.4	Conceituação jurídica da Convenção nº 29 e o trabalho do migrante indocumentado.....	93
1.22	INSPEÇÃO DO TRABALHO NA INDÚSTRIA E NO COMÉRCIO	101
1.22.1	O contexto histórico dos normas relativas à inspeção do trabalho	101
1.22.2	A inspeção do trabalho aplicada aos migrantes indocumentados	103
1.23	A LIBERDADE SINDICAL E A LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA	108
1.24	O CASO Nº 2121 E A PROMUGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA Nº 8/2000 ..	109
1.25	A OFENSIVA MEXICANA E O CASO 2227	111
1.25.1	O caso Hoffman Plastic Compounds, Inc v. National Labor Relations Board	111
1.25.2	A Consulta do governo do México realizada à OIT	113
1.25.3	O caso 2227.....	117

1.25.4	As conclusões do Comitê de Liberdade Sindical	120
CAPÍTULO 3		121
2	COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	121
2.1	A ERA MORSE E A POLITIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA	121
2.2	A EVOLUÇÃO JURÍDICA E HISTÓRICA DO TERMO “COOPERAÇÃO TÉCNICA” PARA “COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO”	123
2.3	A ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	127
2.4	AS FORMAS DE FINANCIAMENTO.....	130
2.5	A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E O TRABALHADOR MIGRANTE INDOCUMENTADO.....	131
2.5.1	O projeto “Improved Labour Migration Governance to Ethiopia”	131
2.5.2	O projeto	132
2.5.3	As recomendações da OIT	133
2.5.4	O projeto “Integrated Programme on Fair Recruitment” ou REFRAME....	134
CONCLUSÃO		136
BIBLIOGRAFIA		138

INTRODUÇÃO

O MIGRANTE IRREGULAR COMO SUJEITO DE DIREITOS

A imagem do pequeno Alan Kurdi¹, com apenas três anos, sendo observado por um policial turco, chocou o mundo e desenhou em tristes linhas aos desavisados sobre a indigna vida dos migrantes ao redor do mundo. No caso da população síria, removidas por conflitos armados, independente da impertinência técnica a respeito do conceito de refugiados ou migrantes, acendeu o debate sobre as aflições daqueles que buscam por melhores condições de vida permanecem idênticos.

O fenômeno social da migração, como é de notório reconhecimento, não é recente, vislumbrando-se ao longo dos séculos nos movimentos migracionais as mesmas causas e os mesmos desejos por parte daqueles que decidem optar por uma nova oportunidade em outros novos lugares. Os fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais sempre motivaram os seres humanos a buscarem novos lugares e oportunidades, como as provações que se submetem àqueles que optam pela mudança como estratégia ou necessidade. O único componente inédito que talvez se possa acrescentar a esta dinâmica nos dias atuais, seriam as mudanças climáticas provenientes da ação homem na natureza, acarretando mais um problema na identificação da causa do que com os objetivos finais alcançados com a migração.

A partir da difícil decisão de partir de sua cidade até alcançar o destino escolhido ou mesmo depois de ter se estabelecido, o migrante é sujeito sem direitos, sem vínculo estatal, sem nome e sem a consciência ética coletiva. Sua decisão passa quase que necessariamente pela contratação de intermediários que promovem a entrada nos países desejados pelos migrantes, não sendo raro em muitos casos, serem transformados em mercadorias e vendidos como escravos para países que ainda aceitam essa prática, para prestação de serviços forçados, degradantes ou, no caso das mulheres, para prestação de serviços sexuais baseados na servidão voluntária.

O segundo problema enfrentado pelo migrante encontra-se na política estatal repressiva nas fronteiras. Com o aumento do fluxo migratório após as inúmeras crises humanitárias ou econômicas no mundo, proporcionalmente, os países aumentaram consideravelmente seus investimentos em segurança das fronteiras, bem como o número de

¹ BBC, 2015.

acordos bilaterais ou multilaterais com outros países para troca de informações e de fortalecimento da repressão nas fronteiras ainda nos países de origem.

Esses sortilégios sofridos pelo migrante, não é também motivo de reconhecimento da população do país receptor. Os chamados endogrupos (sociedade local), comumente, não reconhecem nos exogrupos (migrantes) qualquer possibilidade de melhoria das condições da sociedade, ao contrário, acreditam que com a vinda dos novos habitantes, também chega a violência e o aumento dos gastos públicos com educação e saúde.²

Despiciendo salientar que a condição de entrada do migrante o torna um clandestino sem as garantias concedidas ao cidadão, faltando-lhe o reconhecimento estatal de sua existência, sendo, portanto, considerado um migrante indocumentado. Esse limbo existencial joga-o no grupo daqueles considerados vulneráveis e, por conseguinte, sujeito as mais variadas formas de abuso, retirando-lhe o direito de se insurgir contra seus empregadores pela equiparação salarial com outros trabalhadores regulares ou contra o preconceito social diário impingido pela sociedade.

E mesmo diante de tantas incongruências e critérios que fomentam uma mácula direta aos direitos humanos dos migrantes, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) não reconhece, no âmbito de sua estrutura tripartite, os direitos dos migrantes irregulares. O entendimento que ainda prevalece em suas decisões é pela diferenciação entre os migrantes regulares e irregulares, fomentando assim, uma discrepância no âmbito normativo quando comparado com os outros organismos e seus respectivos tratados internacionais.

Assim, o migrante indocumentado sob a ótica dos direitos humanos é o tema do presente trabalho, sendo seus direitos mínimos desrespeitados pelo Estado, em sua acepção originária, sendo desrespeitados pelos particulares, consoante a doutrina da eficácia dos direitos humanos em sua aplicação horizontal, bem em sua órbita internacional, em especial, no âmbito da OIT.

A LIBERDADE COMO PROTEÇÃO EM FACE DO ESTADO

O homem deve ser considerado um fim em si mesmo e a parcela de sua liberdade dada ao Estado para a promoção do pacto social, cujo objetivo seria evitar o conflito para que, assim, a sociedade viva em harmonia e ajuda mútua, não pode servir como motivo para abusos. Diz o *Spinoza* que o pacto social, nasce como meio e não como fim e,

² MICHENER; DELAMATER; MYERS, 2015.

portanto, a transferência de direitos do homem para o Estado, tal como a liberdade, é irrenunciável porque “renunciando a eles, o homem renuncia a ser homem” e “o fim do Estado não é a tirania, mas sim a liberdade”.³

O homem, portanto, enquanto ser universal, dotado de vontades e de racionalidade, deve ser considerado o destinatário final das realizações estatais, e não ser utilizado como um meio para atingir um propósito a ser utilizado de acordo com a conveniência histórica e econômica. O valor absoluto das pessoas, são dotados de um valor extrínseco e de dignidade e a base de sua dignidade está concentrada na autonomia e, por conseguinte, em sua liberdade.⁴ Ao Estado, portanto, cabe proteger e, ao mesmo tempo, estimular a liberdade e não pregar a sua limitação em benefício próprio.

Amartya Sen, diante da sua formação econômica, dá um sentido mais pragmático para o conceito de liberdade. Eventuais violações à liberdade poderão nutrir um aspecto de oportunidade e um aspecto de processo. Na oportunidade, o homem está livre para buscar seus objetivos e tudo o que ele valoriza e, contando com a destreza inerente ao ser, poderá decidir sobre o que melhor lhe apraz, não importando o processo pelo qual se alcançou esse objetivo. Já o aspecto de processo está ligado aos fatores externos que podem influenciar no processo de escolha, ou seja, a “certeza de que não estamos sendo forçados a algo por causa de restrições impostas por outros”.⁵

O conceito do aspecto da oportunidade e do aspecto de processo, quando aplicado ao caso do trabalhador migrante indocumentado, as situações ainda se tornam mais complexas, pois diante da total ausência de proteção e omissão estatal, não se vislumbra qualquer materialidade que possa incorrer o migrante nestes dois aspectos inerentes à liberdade.

A LIBERDADE COMO PROTEÇÃO EM FACE DOS PARTICULARES

Assim, a liberdade compreendida como direito universal e natural do homem em face dos abusos do Estado, encontra-se de fácil assimilação haja vista que a concepção deste direito significava e, em certa medida ainda significa, a “proteção contra à tirania dos governantes despóticos”.⁶

³ REALE; ANTISERI, 2005, p. 30.P.

⁴ PIOVESAN, P.2005, p. 526.

⁵ SEN, 2011, p. 261.P.

⁶ MILL, 2011, P.p. 27.

Mas a questão, após a confluência de direitos despertados a partir do séc. XVIII com as revoluções americana e francesa, sobrelevando o interesse da sociedade em limitar o poder político, surgiu a necessidade de também produzir uma limitação do poder da sociedade em limitar o poder sobre si mesmo. E, depois de constituído os governos populares, a necessidade de limitar o poder da maioria sobre a minoria.⁷

Esse novo problema, nascido da emancipação da autonomia do indivíduo diante dos grupos historicamente repressores,⁸ fomentou a criação do liberalismo, transformando a ingerência estatal em exceção, fazendo do homem o protagonista da sociedade e, principalmente, como agente da ordem econômica.

Esse poder, antes libertador, confluiu para um abuso exercido por um particular sobre outro particular, ou pior, o abuso do poder econômico sobre a sociedade de um modo em geral, onde as empresas detinham o poder/direito de impor severas restrições ao eventual contratante, amparadas pelo princípio da autonomia privada.

Com a mudança de paradigma político e econômico, com um Estado omissivo e no poder comissivo econômico, a sociedade arrefeceu-se e caiu quase que combalida com duas guerras mundiais, desaguando no fim trágico do holocausto, com a morte de mais de 6 milhões de judeus pelos alemães.

Da vigência de uma quase anomia internacional com o desfecho da segunda guerra mundial, nasce a Organização da Nações Unidas com o propósito de reestruturação das relações internacionais e da positivação internacional dos direitos humanos. Mesmo com os horrores da Segunda Guerra Mundial, a nova organização mundial teve que ceder a alguns limitadores, baseados no princípio da coexistência. Ainda assim, os avanços foram notáveis, redundando na Declaração Universal de 1948, em resposta a própria crise do positivismo, que ainda que fundante no princípio da legalidade, países como Alemanha e Itália, com fundamento na própria norma, fomentaram a barbárie.⁹

Sob esse aspecto, com a positivação internacional dos direitos humanos pelos Estados e sua consequente constitucionalização, coube aos particulares discutirem suas responsabilidades de sua tirania nas relações privadas.

A POSITIVAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O SISTEMA DE PROTEÇÃO

⁷ MILL, 2011, p. 28.

⁸ COMPARATO, 2010, p. 65.

⁹ PIOVESAN, 2005, p. 519.

Em face das inúmeras constatações de que os direitos humanos foram ao longo dos séculos vítima de contumaz desrespeito pelo poder político, passando do foro de responsabilidade doméstica estatal à uma compreensão de uma necessidade da positivação dos direitos humanos no nível internacional.

Esse processo de internacionalização dos direitos humanos permitiu a criação de um sistema internacional de proteção baseado na consciência ética contemporânea.¹⁰ Essa caracteriza está presente nas inúmeras organizações internacionais constituídas, bem como pelos inúmeros tratados assinados pertinentes aos direitos humanos.¹¹

Assim, a característica inerente à rede de proteção dos direitos humanos após a Declaração Universal de 1948 cresceu exponencialmente, concretizando-se atualmente, em sua regionalização, com a criação de redes de proteção nos continentes, muitas delas concebidas com características da *Hard Law*.

Por outro lado, a efetivação dos direitos humanos se não ocorre sob o plano internacional, ocorre sob a positivação dos direitos fundamentais pela constitucionalização interna de cada Estado. *Fabio Konder Comparato*, citando Jorge Bacelar Gouveia, fez a distinção entre direitos humanos e fundamentais, “onde estes últimos reconhecidos como tais pelas autoridades às quais se atribui o poder político de editar normas, tanto no interior dos Estados quanto no plano internacional; são os direitos humanos positivados nas Constituições, nas leis, nos tratados internacionais. Segundo outra terminologia, fala-se em direitos fundamentais típicos e atípicos, sendo estes os direitos humanos ainda não declarados em textos normativos.”¹²

Assim, o processo de internacionalização dos direitos humanos e sua positivação no seio interno de cada Estado cria uma rede para uma efetiva proteção dos mais básicos direitos do homem em face do abuso dos próprios Estados.

O CONCEITO DE MIGRANTE E A REDE PROTEÇÃO INTERNACIONAL

O Ministério da Justiça conceituou o migrante como sendo

¹⁰ PIOVESAN, 2005, p. 517.

¹¹ O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos contava com 147 Estados-partes; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais contava com 145 Estados-partes; a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial contava com 157 Estados-partes; a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher contava com 168 Estados-partes e a Convenção sobre os Direitos da Criança apresentava a mais ampla adesão, com 191 Estados-partes (UNDP, 2001 *apud* PIOVESAN, 2005)

¹² COMPARATO, 2010, p. 71-72.

[...] essencialmente uma pessoa que não nasceu onde vive. A condição de migrante refere-se ao deslocamento feito por esta pessoa de um lugar de residência para outro, o que distingue um migrante de um turista ou um viajante de negócios. O termo migrante se aplica a pessoas e aos seus familiares, que vão para outro país ou região com vistas a melhorar suas condições sociais e materiais, suas perspectivas e as de seus familiares. Um migrante pode ser ainda uma pessoa que, tendo migrado anteriormente a um país ou uma região onde não nasceu, regressa ao Estado de Origem. Esta pessoa é nomeada um migrante de retorno.¹³

No plano internacional, a rede de proteção do migrante está alicerçada pelos Pactos Internacional de Direitos Civis e Políticos; a Convenção Internacional Sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migratórios e de seus Familiares; Carta das Nações Unidas; Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; Convenio Europeu para a proteção dos Direitos Humanos e da Liberdades Fundamentais, Carta Social Europeia, Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos “Carta de Banjul” e Carta Árabe de Direitos Humanos.

No plano regional, a Corte Europeia de Direitos Humanos e a Corte Internacional de Direitos Humanos são os exemplos mais presentes na proteção dos direitos dos migrantes.

Contundo, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), ainda que seja uma organização vinculada à ONU, possui entendimento distinto a respeito dos direitos dos migrantes, em especial, dos trabalhadores migrantes indocumentados. Sua posição destoa do entendimento contido na Convenção Internacional Sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migratórios e de seus Familiares, onde o artigo 1 não faz qualquer distinção entre os migrantes, o que inclui “a preparação da migração, a partida, o trânsito e a duração total da estada, a atividade remunerada no Estado de emprego, bem como o regresso ao Estado de origem ou ao Estado de residência habitual.”.

Essa dicotomia entre organismos da mesma estrutura internacional é a parcela que causa estranheza, na medida em que os trabalhadores são um dos principais atores na luta pela inclusão dos direitos sociais no rol dos direitos humanos.

A TERMINOLOGIA UTILIZADA PARA O MIGRANTE: IRREGULAR, INDOCUMENTADO, ILEGAL OU PÁRIA (ALIEN)

¹³ TERESI; HEALY, 2012, p. 17P.

No capítulo sobre a abordagem das capacidades, *Amartya Sen* afirma que “em particular qualquer teoria da justiça, tem de escolher um foco informacional, ou seja, tem de decidir em quais características do mundo deve se concentrar para julgar uma sociedade e avaliar a justiça e a injustiça.”¹⁴ O foco informacional proposto pelo pensador indiano para julgar e comparar vantagens individuais globais, conjugada com senso de oportunidade do indivíduo.

A questão da adjetivação do migrante, seja por qualquer adereço alocado após o substantivo, ao contrário de uma simples questão semântica, tem papel preponderante no exercício da justiça e de sua inserção na sociedade. Nomear um sujeito por sua situação, *in casu*, estereotipada, pode causar danos irreversíveis a uma comunidade já extremamente fragilizada e pouco capaz de enfrentar as inúmeras adversidades que encontrarão no país anfitrião.

Em estudo realizado por *Mila Paspalanova* em artigo sobre a utilização dos termos “irregular”, “indocumentado”, “ilegal” e “pária”, a autora chegou à conclusão de que nos artigos do *The New York Times*, desde 1981, o termo “migrante indocumentado” foi citado 168 vezes, “migrante ilegal” 896 vezes e “pária ilegal” 5635 vezes (PASPALANOVA, 2008, p. 80).¹⁵

Na visão da autora, os termos “ilegal”¹⁶ ou “pária” são imprecisos, possuem conotação social e politicamente negativas e servem para manipular a opinião pública chamando as de “persuasive definitions” (Apud Acta Charles Stevenson (1969:33), onde o significado emotivo das palavras tem o poder de substituir o significado descritivo tal como equiparar os direitos humanos com questões criminais.¹⁷

Por outro lado, entre as duas definições mais aceitas pela literatura especializada, irregular ou indocumentado, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) optou pela utilização da condição do “migrante irregular”. Para a OIT a utilização do termo ilegal

¹⁴ SEN, P.2011, p. 231.

¹⁵ PASPALANOVA, 2008, p. P.80.

¹⁶ Tatiana Chang Waldman, em sua magnífica tese de doutorado, fez um estudo aprofundado sobre o uso das terminologias e as interpretações existentes para cada termo utilizado para qualificar o trabalhador migrante. Como exemplo, cito a preocupação da autora na utilização dos termos “ilegal” e “clandestino”: “Em tempos de ascensão das legislações migratórias seletivas e discriminatórias e de discursos xenofóbicos, de interpretações cada vez mais restritivas do direito do solicitante de refúgio a ter seu estatuto reconhecido, da utilização por parte de muitos Estados de centros de detenção para migrantes e solicitantes de refúgio, da restrição no acesso a serviços básicos, das deportações em massa e da construção de novos muros fronteiriços torna-se onerosa a utilização de termos como “clandestino” e “ilegal”, sob o risco de criminalizar os migrantes e justificar a negativa de direitos que lhes são inerentes a sua condição humana. A bandeira dos movimentos sociais é justa, afinal, nenhum ser humano é ilegal e, mais, nenhum ser humano é clandestino.” NEM CLANDESTINOS, NEM ILEGAIS: Construindo contornos para uma definição da condição migratória não documentada no Brasil (WALDMAN, 2016, p. 41).

¹⁷ PASPALANOVA, 2008, p. 82.

contém e transmite uma conotação criminal. Com relação ao termo “indocumentado”, entenderam ser incompleto a vista a possibilidade de confusão com aquele que entra no país legalmente, com o visto de turista e, posteriormente, opta em trabalhar, ainda que ilegalmente.¹⁸

O autor do presente estudo, *permissa venia*, discorda do entendimento da OIT, consoante o entendimento de que uma interpretação negativa promove atos discriminatórios e promove a xenofobia como instrumento dissuasório da integração do trabalhador migrante na sociedade do Estado de Emprego e o emprego de uma interpretação jurídica não pode causar danos ou fomentar um infundado conceito a uma parcela da sociedade que, como as demais, é possuidora de direitos e garantias mínimas.

Portanto, termo “indocumentado”, apesar da imprecisão conceitual, oferece ao migrante um *status* transitório de permanência, suavizando o contexto sobre o prisma de um problema tão somente administrativo e, retirando as propriedades criminais que a permanência irregular poderia acarretar ao migrante.¹⁹

A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E QUESTÃO DO TRABALHO DO MIGRANTE INDOCUMENTADO

O trabalho do migrante sempre esteve em evidência na OIT. Desde do início de seus trabalhos, em 1919, os documentos produzidos pela Conferência, pelo Conselho de Administração e pela Repartição Internacional do Trabalho²⁰ fazem menções expressas ao

¹⁸ “People who enter or work in countries without legal authorization have been labelled illegal, clandestine, undocumented or irregular. “Illegal migrants” were once a residual category, but illegal has a normative connotation and conveys the idea of criminality. Thus, the 1994 International Conference on Population and Development recommended the term “undocumented”; but this is incomplete, since it does not cover migrants who enter the host country legally with tourist documents but later violate their conditions of entry by taking a job. Furthermore, migrants moved by traffickers over borders may have false documents; this prompted an International Symposium on Migration in Bangkok in April 1999 to recommend the term “irregular”. Irregularities in migration can arise at various points – departure, transit, entry and return – and they maybe committed against the migrant or by the migrant” (OIT, 2004).

¹⁹ Tatiana Chang Waldman leciona sobre a utilização do termo “indocumentado” como sendo o mais apropriado: “Esta é a razão da preferência pelo uso, na redação do presente trabalho, das designações “migração/migrante/condição migratória não documentada(o)” (que tem como sinônimo na língua portuguesa “migração/migrante/condição migratória indocumentada(o)”). Entende-se que tais termos destacam o ponto central que é a questão de não possuir os documentos e as formalidades exigidas para sair do país de origem ou de residência, ingressar, trabalhar e permanecer no país de destino. Seu uso pode, ao mesmo tempo, ajudar a esclarecer e fortalecer a compreensão de que a ausência de documentos e formalidades não tem o poder de extrair de uma pessoa a sua condição humana e a titularidade de direitos humanos fundamentais que garantam uma existência digna. ” (WALDMAN; FREITAS JÚNIOR, 2016, p. 42-43).

²⁰ Adoto o nome Repartição Internacional do Trabalho em contraposição ao *Bureau* Internacional do Trabalho, considerando o texto disponibilizado pela OIT Brasil, com a tradução de Arnaldo Lopes Süsskind (OIT, 1946).

trabalho do migrante, ressaltando as particularidades inerentes ao processo de emprego, aos direitos mínimos destacados em seu favor e de sua família, os perigos que estão expostos interna e externamente etc.

Por isso, já à época da aprovação de sua Constituição, a OIT obrigava os Estados membros, a facilitar a transferência e garantir direitos dos trabalhadores migrantes e, nada mais natural que os Estados de Emprego e os Estados de Origem procurassem proteger seus nacionais pela via de uma normatização internacional. A contextualização histórica ajuda a entender melhor o fenômeno:

Vale salientar que no século XVII os movimentos migratórios não eram considerados naturais como os que ocorreriam no século seguinte. Em razão do surto demográfico sentido na Europa a partir de 1870, milhares de pessoas e de maneira pouco controlada por seus respectivos governos, se deslocaram de seus países para territórios considerados escassamente povoados e desenvolvidos sob o ponto da infraestrutura urbana e rural, na tentativa de obtenção de melhores condições de vida e trabalho. Desta forma, já a partir do século XIX, quando a imigração passou a ser considerada de importância relevada, a ponto de ser fomentada ou dificultada por iniciativas públicas regulamentadoras, o conceito de estrangeiro começou a tornar-se juridicamente mais simples. Em quase todo o mundo “[...] o passaporte, a polícia de fronteiras e a aduana obedecem a regras análogas, se não semelhantes. O estrangeiro é definido simplesmente pelo não cidadão.”²¹

Hodiernamente, comporta outra a análise sobre a opinião da OIT sobre o trabalho do migrante. Os tempos mudaram, os ciclos econômicos são outros e, apesar da exigência constitucional da organização aos Estados Membros para facilitar e garantir uma proteção social aos trabalhadores migrantes, a partir do final da década de 70, tomou corpo uma interpretação conservadora das normas da OIT, em especial, sobre a Convenção nº 143: a diferenciação entre trabalhador migrante documentado daquele que se encontra em situação indocumentada.

No ano de 1995, conforme dados obtidos em publicação oficial da OIT²², há mais de 90 milhões de trabalhadores migrantes no mundo. Atualmente, conforme dados obtidos no sítio da OIT, atualmente o número de trabalhadores na condição de migrantes ao redor do mundo, encontra-se em 174 milhões.

O fluxo migratório aumentou consideravelmente nos últimos anos e suas consequências para o Estado de Emprego, sem as devidas cautelas em matéria de políticas

²¹ ÁVILA, P.2011, p. 31.

²² OITP., 1999, p. 3.

públicas eficazes²³ e mão de obra específica para tratar da questão, poderão, em curto prazo, trazer mais prejuízos do que benefícios.

Não é demasiado lembrar que além do estigma pertinente à situação do trabalhador migrante indocumentado no Estado de Emprego, também o transforma alvo fácil do contrabando e do tráfico de pessoas²⁴ diante da condição de fragilidade e vulnerabilidade a qual está inserido, sendo o desconhecido sua única oportunidade de alcançar seus objetivos imediatos.²⁵

Os Estudos Gerais decorrentes da obrigação contida no art. 19 da Constituição, exprimem a preocupação e o tensionamento existente sobre o tema no âmbito da OIT. O exemplo pode ser constatado no Estudo de 1980, onde o trabalhador migrante indocumentado foi retratado desrespeitosamente, como sendo o responsável pelo

²³ A Guatemala possui problemas sérios a respeito do tráfico de menores para exploração sexual em seu território e a OIT faz menção que somente pela adoção de políticas públicas efetivas e a colaboração com os países vizinhos, a questão poderá ser contornada. “Article 8. International cooperation. Trafficking of children for commercial sexual exploitation. In its previous comments, the Committee noted that, in the context of the implementation of the public policy and National Plan of Action for Childhood (2004–15), the Government planned to adopt measures in collaboration with neighbouring countries with a view to bringing an end to the sale and trafficking of girls, boys and young persons for the purposes of sexual exploitation. It noted that a National Protocol for the repatriation of boys, girls and young persons who are victims of trafficking was adopted in 2007, as well as a document on regional initiatives for the special protection of returning boys, girls and young persons who have been victims of trafficking, the purpose of which is to promote cooperation between member countries of the Regional Conference on Migration. However, it observed that the CRC, in its concluding observations of July 2007 (CRC/C/OPSC/GTM/CO/1, paragraph 29), while recognizing the conclusion of memorandums of understanding with neighbouring countries of Guatemala, expressed concern at the fact that undocumented foreign children, including victims of trafficking, are subject to deportation and must leave the country within 72 hours.” (OIT, 2012).

²⁴ OITP., 1999, p. 9.

²⁵ Não sendo esse um fenômeno recente, já no século XIX no Brasil, o caso Ibicaba citado por Alberto Passos Guimarães (1968 *apud* DAVATZ, 1941, p. 72) ficou marcado como exemplo que pode gerar a ausência de proteção ao migrante. Abaixo a narrativa a respeito dos abusos cometidos pelos proprietários de terras que se utilizavam do trabalho do migrante para substituir o trabalho escravo naquele período:

“Quando tudo parecia correr tranquilamente para os entusiastas da “parceria”, eis que surgem, no próprio paraíso de Vergueiro, graves comoções que terão papel decisivo nos destinos de sua engenhosa organização. Desesperados com a situação a que se lhes havia submetido, em desrespeito a letra dos seus já opressivos contratos, os colonos suíços de Ibicaba decidem-se a pôr cobro àquela desalmada espoliação.

As desilusões começavam logo à chegada ao Brasil, onde muitos deles eram encaminhados a outros lugares e viam que tinham sido “vendidos” pela Companhia Vergueiro a diversos fazendeiros. “Os colonos que emigram – narra Davatz – recebendo dinheiro adiantado, tornam-se propriedade de Vergueiro e Cia. E em virtude do espírito da ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos a província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos.

A Casa Vergueiro exagerava os métodos extorsivos: ganhava na conversão do franco a taxas muito mais elevadas do que as vigentes; ganhava na venda de péssimos gêneros a preços duplicados; cobrava alugueis pelas casas dos colonos, apesar de lhes haver assegurado, pelo contrato, moradia gratuita por quatro anos; na pesagem dos gêneros que fornecia, faltava uma libra-peso em cada 16; e na prestação de contas das colheitas, descontava maiores despesas do que realmente fazia. Com isso, as dívidas médias de cada colono se elevaram de 66\$184, no ano de 1853, a 543\$243, no ano de 1856, como demonstrou Davatz.

desemprego e pela pobreza²⁶ e no Estudo de 1999, antagonicamente, o Comitê de Peritos humanizou a questão do trabalhador migrante indocumentado, ressaltando apenas as disparidades existentes com os trabalhadores migrantes documentados²⁷.

A partir deste novo tratamento dado ao tema, para a OIT, a migração de trabalhadores deixou de ser 1) um fenômeno primariamente de trabalhadores qualificados, não sendo essa proposição refletida na prática, pois a maioria dos trabalhadores são semiquualificados ou sem nenhuma qualificação, muitos trabalhando na ilegalidade; 2) que, o fator temporariedade da residência do trabalhador migrante indocumentado em muitos casos deixou de existir, passando a fixar residência no Estado de Emprego²⁸, passando a viver, em muitos casos, de forma permanente e 3) que a condição de vulnerabilidade submetem-nos a abusos e explorações, ainda que não dito de forma expressa, por empregadores²⁹. Esses conceitos, não apenas humanizam, como reconhecem que a condição de vulnerabilidade do trabalhador migrante indocumentado decorre de sua condição jurídica e não da sua aptidão para o trabalho.

²⁶ A migração desordenada, sem qualquer política pública de implementação e viabilização, culminaria em sérios problemas. Conquanto, a simples referência à questão, sem quaisquer premissas, mesmo que fossem implícitas, entendo ser desnecessária a vinculação de fardos sociais ao trabalhador migrante.

²⁷ 18. An examination of the current immigration policies of most major migrant-receiving countries may lead one to believe that migration is primarily a time-bound phenomenon affecting only highly qualified foreign workers. However, this is not necessarily reflected in practice as the majority of migrant workers occupy semi-skilled or unskilled positions, often under illegal conditions. Irregular migration in recent years appears to have taken on a new and even more concerning character. It should also be noted that in many countries the illegal employment of migrants is not necessarily a temporary phenomenon and that many migrants may live and work in an irregular situation for several years, and in some cases even permanently. The irregular entry, employment and residence of foreign workers has emerged as a disturbing trend, and one which national governments and the international community have attempted to address. The 1975 instruments were partly designed with the aim of protecting irregular migrants from all kinds of abuse.

19. Estimates of irregular migration are, by the very nature of the phenomenon, imprecise, and wildly disparate figures have been attributed to it. The most commonly cited figure, however, is in the region of 30 million persons worldwide. As will be seen below, individuals who migrate or reside in violation of immigration and employment regulations are highly likely to find themselves in positions where they are vulnerable to abuse and exploitation. Substandard working and living environments, slave-like working conditions, confiscation of travel documents, and non-payment of wages and other benefits at the hands of the employer, as well as potential inhumane treatment at the hands of the authorities if caught, all too commonly dominate the lives of irregular foreign workers (OIT, 1999, p. 9).

²⁸ A expressão “Estado de Emprego” foi adotada levando em consideração o conceito estabelecido no art. 6, alínea “b”, da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, que dispõe que “A expressão “Estado de emprego” designa o Estado onde o trabalhador migrante vai exercer, exerce ou exerceu uma atividade remunerada, conforme o caso;”.

²⁹ O representante dos empregadores no Comitê sobre Trabalhadores Migrantes ponderou que não seria bem-vinda a generalização de todas as empresas no que tange às práticas de exploração: “The Employers’ group did not agree with the generalization implicit in the Office report that migrants generally encountered exploitation in the host countries. While there were situations of unfair treatment, these could be mostly traced to lack of appropriate policies, which affected local workers as well. The remedy lay in the promotion of suitable employment and migration policies that eliminated irregular migration and strengthened national labour markets (OIT, 2004, p. 22-23).

Dessa certa forma, esse recrudescimento da OIT sobre o trabalhador migrante indocumentado, leva a crer ser parte de uma pressão dos representantes dos governos, muitas vezes alegando que a migração indocumentada traz despesas e custos altos para a proteção de sua integridade física e psicológica.³⁰

Essa dicotomia pronunciada pela OIT, entre trabalhadores migrantes em situação indocumentada ou documentada, foi muito bem pontuada no trabalho apresentado pelo Professor *Antonio Rodrigues Freitas Junior, Ana Beatriz Koury e Tatiana Chang Waldman* (2015), por ocasião da apresentação do trabalho na *Labour Law Research Network Conference*, na cidade de *Amsterdam*, trazendo à pauta a contradição entre a posição da organização e a convenção 111 sobre discriminação em material de Emprego e Ocupação, que na visão dos autores “[...] se, por um lado, a OIT congratula-se, como princípio, com a promoção da igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, no por outro lado, exclui este direito de imigrantes não documentados ("não regulares").”³¹

Dada as circunstâncias acima descritas³², outro fator de extrema relevância para o presente estudo está nos métodos de ação da OIT, presentes no art. 3 da Declaração da OIT³³ sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento. Atividade

³⁰ On the other hand, several Government members drew attention to the substantial costs of migration. Costs to migrant workers and their families included a high level of stress due to poor working conditions, separation and vulnerability to physical and psychological abuse, with the most vulnerable workers bearing the greatest burden. The Africa group drew attention to the fact that the cost to the sending countries included the brain drain, which was particularly true of health-care workers just when the HIV/AIDS pandemic was placing increasing demands on health services. (OIT, 2004, p. 22-25).

³¹ From the legal point of view, it is interesting to note that Brazil did not ratify the International UN Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families (UN, 1990). This well-known Convention is the most comprehensive and detailed international document focused on the protection of rights and promotion of equality in the treatment of immigrants, especially in labor issues. Within the International Labour Organization (ILO), there are five important international conventions on that subject: Conventions Nos. 97 (1949) and 143 (1975), which provides for the regulation of immigrant work and State policies aimed at protecting the rights of workers "who had been regularly admitted into the national territory"; Convention No. 19 (1925) on equality of treatment for victims of work accidents; Convention No. 48 (1935) on immigrants' pension rights and Convention No. 118 (1962) on equality of treatment in social security. Out of all these rules, Brazil ratified only Conventions Nos. 97, 19 and 118. It is necessary to warn that the ILO standards on protection of migrant labor evidence certain ambiguity concerning protection to workers: if, on one hand, the ILO welcomes, as its principle, the promotion of equal treatment between nationals and foreigners, on the other hand, it excludes this right from undocumented immigrants ("non-regular"). No data or argument is required to evidence that a protection policy grounded on the protection equality to immigrant / exclusion of undocumented immigrants binomial is far from half of the way. It is like an excellent blanket, but much smaller than the size of the body. Freitas Júnior, Antonio Rodrigues de. Koury, Ana Beatriz. Waldman, Tatiana Chang. Immigration and precarious work in Brazil: legal changes, migration policies and labour rights (FREITAS JÚNIOR; KORY; WALDMAN, 2015).

³² Entretanto, sendo também bom ressaltar, que a OIT também nada disse a respeito se o assessoramento ocorreria sob a égide do combate à exploração do trabalhador migrante irregular ou ao combate à própria migração irregular no país assessorado ou no Estado de Origem do trabalhador.

³³ “3. Reconhece a obrigação da Organização de ajudar seus Membros, em resposta a necessidades que tenham estabelecido e expressado, a alcançar esses objetivos fazendo pleno uso de seus recursos

normativa; atividade de cooperação técnica; atividade de investigação e divulgação e a atividade de controle da aplicação das normas internacionais (QUEIROZ, p. 43-53, 2009)³⁴, criando condições para os países que não ratificaram as convenções da OIT que promovam, ao menos, o respeito aos direitos fundamentais, objetos dessas convenções, e ajudar na promoção do desenvolvimento econômico e social.

O reconhecimento da OIT sobre a obrigação desse aporte em 1998, trouxe aos Estados Membros, aos sindicatos e às organizações não governamentais um valioso instrumento para viabilizar a efetividade das convenções ratificadas, ou não, sob a égide dos princípios fundamentais da organização e, do mesmo modo, calcado no princípio da prevenção, assistir aos Estados-Membros que ainda não ratificaram as convenções na promoção do respeito aos direitos fundamentais consagrados na OIT e promover o desenvolvimento econômico e social.

Os procedimentos para a obtenção deste assessoramento e pesquisa ainda carecem de estudo sobre o arcabouço normativo da OIT, viabilizando para os interessados, os procedimentos e processos de adequação aos projetos de interesses da OIT.

Sob esse enfoque, o Capítulo 1 faz uma leitura histórica dos documentos provenientes da OIT e explica o motivo pelo qual o papel do trabalhador migrantes indocumentado é um “problema” recente sobre o qual a OIT vem dedicando cada vez mais espaço em sua arena de debates.

O Capítulo 2 disserta sobre o entendimento da OIT e a aplicação das principais convenções sobre o tema do trabalhador migrante indocumentado. A proposta para a realização desta leitura é uma divisão entre as convenções de proposta específica de proteção (Convenção nº 97 e nº 143 e as Recomendações nº 86 e nº 151) e as convenções de natureza geral que abordam o tema do trabalhador migrante indocumentado sob o enfoque do escopo normativo da norma internacional.

O Capítulo 3 é dedicado ao estudo da atividade de cooperação para o desenvolvimento promovida pela OIT, seu aspecto histórico, as estratégias, os objetivos e

constitucionais, operacionais e orçamentários, incluída a mobilização de recursos e apoio externos, assim como estimulando outras organizações internacionais com as quais a OIT tenha estabelecido relações, de conformidade com o artigo 12 de sua Constituição, a apoiar esses esforços: (a) oferecendo cooperação técnica e serviços de assessoramento destinados a promover a ratificação e aplicação das convenções fundamentais; (b) assistindo aos Membros que ainda não estão em condições de ratificar todas ou algumas dessas convenções em seus esforços por respeitar, promover e tornar realidade os princípios relativos aos direitos fundamentais que são objeto dessas convenções; e (c) ajudando os Membros em seus esforços por criar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social.”(OIT, 2007a).

³⁴ QUEIROZ, 2009.

o processo de desenvolvimento de projetos com foco nos trabalhadores migrantes indocumentados.

CAPÍTULO 1

1.1 ORIGEM DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

1.2 A OIT COMO ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL CRIADA EM FAVOR DOS MIGRANTES

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) nasceu daquilo que *Jean-Jacques Becker* (BECKER, 2010, p. 160) chamou de “ideia motriz” da Sociedade das Nações de que, aprioristicamente, os conflitos internacionais nasceriam das más condições sociais. Dessa forma, a construção de uma organização e uma legislação internacional seria um passo importante na equalização desse problema de maneira uniforme e assente entre os participantes.

Apesar deste impulso internacional após a Primeira Grande Guerra com assinatura do Tratado de Versalhes, a Europa já no início do século XIX, antecipadamente à “ideia motriz” da Sociedade das Nações, estabeleceu diálogos entre as camadas sociais, principalmente entre os empresários, buscando parâmetros mínimos sociais.

Robert Owen, considerado uma espécie de Henry Ford, citou entre seus pares a necessidade da criação de uma legislação internacional, com foco na padronização mínima social, utilizando-se de suas próprias iniciativas empresariais como exemplo e como contraposição aos métodos utilizados pelos capitalistas da época. Entretanto, os atos perpetrados pelo empresário *Robert Owen* devem ser encarados mais com uma espécie de filantropia do que o lançamento das bases de uma legislação internacional trabalhista, na medida em que o impacto das ideias difundidas teve baixo impacto e pouco apoio na época (MAHAIM; 1934; p. 3).

Com *Daniel Legrand*, empresário e também filantropo, o ideal da justiça social alcançou um patamar capaz de aclimatar e reorganizar a sociedade em favor das teses da uniformização da legislação social entre os países capitalistas, faltando ultrapassar o obstáculo do choque de interesse entre a legislação nacional e a internacional (MAHAIM; 1934; p. 4).

O embate entre essas duas vertentes acabou sendo repensado porque, inicialmente, não havia tamanha divergência entre os dois ordenamentos jurídicos capaz de impedir a

CONCLUSÃO

O estudo dos direitos do trabalhador migrante ao longo da história conduz o expectador a uma narrativa de descobertas, coragem e sacrifício de homens, mulheres e crianças. As novas oportunidades, o trabalho e a diversidade cultural forjaram novas sociedades, empreenderam conhecimento e criaram oportunidades.

Contudo, após o final da Segunda Guerra Mundial, esse propósito de desenvolvimento baseado em uma possível relativização das fronteiras e, porque não, das soberanias, começou a entrar em declínio. O trabalhador migrante deixou de ser integrante ativo, passando a ser membro passivo para as sociedades, em especial para as nações desenvolvidas.

A economia de mercado é a chave para a permanência neste novo mundo. O capital, que deixou de ser estrangeiro para virar investimento, não possui amarras, travas ou empecilhos para fixa residência. Inversamente, ao trabalhador migrante nada é reconhecido: cidadania, direitos ou, ao menos, alguma gratidão pelos serviços prestados. Ao contrário, deram-lhe a alcunha de “irregular” ou “indocumentado” para que, assim, a economia de mercado e o Estado pudessem melhor identificar um “problema”.

Esse estreitamento terminológico, essa taxonomia do trabalhador, é algo perverso para o direito. Por meio dela se organiza e se restringe direitos. O homem começa como um sujeito de direitos universais e pode terminar na escala de identificação e classificação de organismos, como um homem trabalhador migrante indocumentado. Essa é a classificação que se enxerga na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Existem normas internacionais do trabalho para os trabalhadores, para povos indígenas, para empresas, para governos etc. Para o trabalhador migrante indocumentado, há uma diminuta parte contida na Convenção nº 143, que, ainda assim, manifesta-se como um “direito humano fundamental” e que, uma vez não exemplificado pela norma, dá ao Estado Membro o direito de interpretar o que é “direito humano fundamental”.

O encadeamento de ideias que deságua nesta restrição de direitos, não é um problema da OIT. Ela sobreviveu à Segunda Guerra Mundial, à Guerra Fria, a Guerras Regionais, inúmeras crises econômicas, sempre se pautando pelo princípio da coexistência, sendo a atividade tripartite sua resposta mais conciliatória para alcançar essa unidade normativa, administrativa e de sua própria existência.

O principal obstáculo na efetivação dos direitos dos trabalhadores migrantes indocumentados está nos interesses subjetivos de cada representante e no financiamento

que cada um deles pode prover. Como mencionado no estudo, durante 3 anos, após a saída dos Estados Unidos da OIT, muitos afirmaram o fim de suas atividades.

Desta forma, o financiamento dos Estados Membros é o principal meio condutor na formulação de políticas e na adoção de normas pela a OIT. O autor deste estudo, que foi à Conferência Internacional do Trabalho por três anos seguidos, escutou de um funcionário e assessor que o princípio que rege a OIT é o pragmatismo: eles trabalham para aqueles que pagam os salários.

Por outro lado, há que se reconhecer que o papel da OIT na defesa dos direitos dos trabalhadores migrantes indocumentados é de grande importância no cenário mundial. Esse papel é pouco conhecido e reconhecido pelos sindicatos, pela sociedade civil e até mesmo pelo meio acadêmico.

Nas pesquisas realizadas, não há um trabalho que densamente explique a estrutura normativa em favor dos trabalhadores migrantes indocumentados, seus canais de interlocução e de judicialização para questões relacionadas aos problemas por eles enfrentados.

Esta é a minha contribuição. Espero que seja assim recebida.

BIBLIOGRAFIA

ACADÉMIE ROYALE des sciences, des lettres et des beaux-arts. Nouvelle Biographie Nationale. Belgique: Académie Royale, 1988. vol. 1.

ÁVILA, Flávia de. *Brasil e Trabalhadores Estrangeiros nos Séculos XIX e XX*. Evolução normativo-legislativa nos Contextos Histórico, Político e Socioeconômico. São Paulo: Ed. LTR, 2011.

BADGER, Sam; CAFIERO, Giorgio. Kingdom of Slaves. In: *Foreign Policy In Focus*. 2014. Disponível em: <https://fpif.org/kingdom-slaves/>. Acesso em 15 jan. 2019.

BAENINGER, Rosana *et al.* (Org.). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BBC. A história por trás da foto do menino sírio que chocou o mundo. In: *BBC News Brasil*. 3 set. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd. Acesso em: 15 jan. 2019.

BECKER, Jean-Jacques. *O Tratado de Versalhes (1928)*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BÖRING, Roger. The ILO and the New Un Convention on Migrant Workers: The Past and Future. *International Migration Review*, v. 25, issue 4, p. 698-709, dez. 1991. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/019791839102500403>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CHARNOVITZ, Steve. Assessing the ILO's Effort to Develop Migration Law. *Legal Issues of Economic Integration*, v. 30, p. 193-200, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil*. São Paulo: Liv. Martins, 1941.

ECOSOC – The Economic and Social Council. RES 1979/13. Measures to improve the situation and ensure the human rights and dignity of all migrant workers. 14th plenary meeting, May 1979. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/33923/files/E_RES_1979_13-EN.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

ECOSOC – The Economic and Social Council. RES 32/120. Measures to improve the situation and ensure the human rights and dignity of all migrant workers. 105th plenary meeting, December 1977. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/32/ares32r120.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FONTES FARIA, Maria Rita. *Migrações Internacionais no Plano Multilateral: reflexões para a política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2015.

FREITAS JÚNIOR, Antonio Rodrigues de; KOURY, Ana Beatriz; WALDMAN, Tatiana Chang. Immigration and precarious work in Brazil: legal changes, migration policies and labour rights. In: LABOUR LAW RESEARCH NETWORK CONFERENCE, Amsterdam, June, 2015. *Proceedings...* Amsterdam: LLRN, 2015. Disponível em: http://www.labourlawresearch.net/sites/default/files/papers/final_paper_LLRN_2015_english.pdf. Acesso em: 2 out. 2015.

GARCIA, Marcio P.P. Estrangeiro e migrante no ordenamento jurídico brasileiro. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). *Direito Internacional Privado: Questões controvertidas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

HASENAU, Michael. ILO Standards on Migrant Workers: The Fundamentals of the UN Convention and Their Genesis. *The International Migration Review*, v. 25, n. 4, p. 687-697, 1991. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2546840?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 15 jun. 2019.

JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. *Relações transnacionais e o funcionamento do regime trabalhista internacional*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-01022010-154712/pt-br.php>. Acesso em: 15 jan. 2019.

KARATANI, Rieko. How History Separated Refugee and Migrant Regimes: In Search of Their Institutional Origins. *International Journal of Refugee Law*, v. 17, n. 3, p. 517–541, jun. 2005. DOI: 10.1093/ijrl/eei019.

KEYNES, John Maynard. *As consequências a economicas da paz* (1919). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

KIRK, Dudley; HUYCK, Earl. Overseas Migration from Europe Since World War II. *American Sociological Review*. v. 19, n. 4, p. 447-456, ago. 1954. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2087465?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 15 jan. 2019.

LE MONDE. *Je suis allé dans ma chambre, j'ai pris le fusil et je me vois leur tirer dessus*. 2007. Disponível em: https://www.lemonde.fr/societe/article/2007/03/09/je-suis-alle-dans-ma-chambre-j-ai-pris-le-fusil_881107_3224.html. Acesso em: 15 jan. 2019.

LEITA, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de Direito do Trabalho*. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. p. 698.

LIMA, Firmino Alves de. A repressão dos atos antissindicais na ótica da OIT. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, n. 46, 2015.

MAHAIM, Ernest. The historical and social importance of internacional labor legislation. In: SHOTWELL, James T. (ed.). *The Origins of the International Labor Organization*. New York: Columbia University Press, 1934. MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Tradução de Pedro Madeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. (Saraiva de bolso).

MECHI, Lorenzo. *Migraciones y coyuntura económica del franquismo a la democracia*. Zaragoza: Press Universitarias de Zaragoza, 2008.

MEXI, Lorenzo. Migraciones, mercado de trabajo europeo y la OIT durante la “Golden Age”. In: CAMPO, Joseba de la Torre; LAFUENTE, Gloria Sanz. *Migraciones y coyuntura económica del franquismo a la democracia*. Universidad de Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 2008.

MICHENER, H. Andrew; DELAMATER, John D.; MYERS, Daniel J. *Psicologia Social*. [s.l.]: Ed. Thompson, 2005.

MURPHY, Craig N. *Organização Internacional e Mudança Industrial: Governança Global Desde 1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

NETO, Francisco Ferreira Jorge; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. *Direito Internacional do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho: a organização Internacional do Trabalho, seus diplomas normativos e uma reflexão sobre sua inserção na ordem jurídica brasileira*. Belo Horizonte: Ed. Atlas. 2014.

NICOLSON, Harold. O tratado de Versalhes: a paz depois da Primeira Guerra Mundial (1919). Porto Alegre: Editora Globo, 2014.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Boletim Oficial*: volume LXII, serie A. Geneva: ILO, 1979. Título original: Official Bulletin: volume LXII, series A. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09604/09604\(1979-62-series-A\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09604/09604(1979-62-series-A).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C019 – Igualdade de Tratamento (Indenização por Acidente de Trabalho)*. Aprovada pela 7ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1925.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C021 – Inspeção dos Emigrantes a Bordo dos Navios*. Aprovada pela 8ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO:1926.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C029 – Trabalho Forçado ou Obrigatório*. Aprovada na 14ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1930.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C048 – Manutenção da Convenção sobre os Direitos à Pensão dos Migrantes*. Aprovada pela 19ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO:1935.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C066 – Migração para a Convenção do Emprego*. Aprovada pela 25ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO:1939.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C081 – Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio*. Aprovada pela 30ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1947.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C097 – Trabalhadores Migrantes (Revista)*. Aprovada na 32ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1949a.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C122 – Política de Emprego*. Aprovada na 49ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1965.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C129 – Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura*. Aprovada pela 53ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1969.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C143 – Migrações em Condições Abusivas e Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes*. Adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 60ª sessão. Genebra: ILO, 1975.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C169 – Sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes*. Aprovada na 76ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1989.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *C182 – Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação*. Convocada em

Genebra pelo Conselho de Administração da Secretaria Internacional do Trabalho, na 87ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1999.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT)*. Montreal: OIT, 1946.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Constituição da Organização Internacional do Trabalho; Declaração de Filadélfia; Declaração da OIT relativa aos Princípios e direitos fundamentais no trabalho; Regulamento da Conferência Internacional do Trabalho*. Lisboa: Gabinete para a Cooperação do ministério do Trabalho e da solidariedade de Portugal, 2007a. Disponível em:

<https://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/constitucao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *International labour standards on labour migration*, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/labour-migration/standards/lang--en/index.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Levantamento Geral dos Relatórios referentes às Convenções nº 97 e nº 143 e Recomendações nº 86 e nº 151 sobre Trabalhadores Migrantes*. Conferência Internacional do Trabalho, 66ª sessão, 1980.

Genebra: ILO, 1980. Título. original: General Survey of the Reports relating to Conventions Nos. 97 and 143 and Recommendations Nos. 86 and 151 concerning Migrant Workers. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(1980-66-4B\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(1980-66-4B).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Migrant Workers*. Geneva: ILO, 1999. p. 3. Disponível em: [http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(1999-87_1B\).pdf](http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(1999-87_1B).pdf). Acesso em: 6 set. 2015.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Provisional Record 22: Ninety-second Session*. Geneva: ILO, 2004. Disponível em: <https://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc92/pdf/pr-22.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *R020 – Recomendação sobre a Inspeção do Trabalho*. Aprovada na 5ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1923.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *R086 – Recomendação sobre Trabalhadores Migrantes (Revista)*. Inclui orientações sobre, entre outras matérias, a organização dos serviços gratuitos de apoio aos migrantes e os tipos de ajuda que lhes devem prestar, bem como sobre a informação que os Estados devem disponibilizar à OIT. Genebra: ILO, 1949b.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *R100 – Recomendação para a Proteção dos Trabalhadores Migrantes nos Países e Territórios em Desenvolvimento*. Aprovada na 38ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1955.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *R135 – Minimum Wage Fixing Recommendation*. Aprovada na 54ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1970a.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *R136 – Special Youth Schemes Recommendation*. Aprovada na 54ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1970b.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *R153 – Recomendação sobre Proteção de Jovens Marinheiros*. Aprovada na 62ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 1976.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *R203 – Recomendação sobre trabalho forçado*. Aprovada na 103ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 2014a.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Record Of Proceedings: Plenary Sitting; Committee Reports; Instruments Adopted By The Conference; Resolutions Delegations*. Aprovada pela 103ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 2014b. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09616/09616\(2014-103\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09616/09616(2014-103).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Relatório da Comissão de Peritos sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações*. 102ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 2013. Título original: Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2013-102-1A\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2013-102-1A).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Relatório da Comissão de Peritos sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações*. 107ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 2018. Título original: Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2018-107-A\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2018-107-A).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Relatório da Comissão de Peritos sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações*. 98ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 2009. Título original: Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2009-98-1A\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2009-98-1A).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Relatório da Comissão de Peritos sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações*. 104ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 2015. Título original: Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2015-104-1A\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2015-104-1A).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Relatório da Comissão de Peritos sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações*. 96ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 2007b. Título original: Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2007\)1A.pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2007)1A.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Relatório da Comissão de Peritos sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações*. 101ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 2012. Título original: Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2012-101-1A\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2012-101-1A).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Relatório da Comissão de Peritos sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações*. 95ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 2006. Título original: Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2006\)1B.pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2006)1B.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Relatório da Comissão de Peritos sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações*. 100ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 2011. Título original: Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2011-100-1A\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2011-100-1A).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Relatório da Comissão de Peritos sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações*. 97ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: ILO, 2008. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2008-97-1A\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2008-97-1A).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Relatório do Diretor-Geral*. Conferência Internacional do Trabalho, 70ª sessão, 1984. Genebra: ILO, 1984. Título original: Report of the Director-General. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09383/09383\(1984-70\)3-70.pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09383/09383(1984-70)3-70.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

OLIVEIRA, Bárbara da Costa Pinto. A organização internacional do trabalho: aspectos institucionais, poder normativo e atuação. In: Blog Newton Paiva, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2012/08/PDF-D3-06.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Conselho de Direitos Humanos. Implementation Of General Assembly Resolution 60/251 de 15 de março de 2006*. Nova Iorque: ONU, 2007. Título original: Implementation Of General Assembly Resolution 60/251 Of 15 March 2006 Entitled “Human Rights Council”. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/HRC/4/24/Add.3>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias*. Resolução nº 45/158, de 18 de dezembro de 1990. Estabelece um conjunto de princípios sobre direitos e liberdades dos migrantes, independentemente da sua situação regular ou irregular, incluindo o direito ao reagrupamento familiar e a prevenção do tráfico de pessoas, entre outros aspetos de evidente relevância e atualidade. Nova Iorque: ONU, 1990.

PASPALONOVA, Mila. Undocumented vs. Illegal Migrant: Towards Terminological Coherence. *Migraciones Internacionales*, v. 4, n. 3, p. 79-90, 2008.

PHELAN, Edward J. The commission on international labor legislation. In: SHOTWELL, James T. (Ed.). *The Origins of the International Labor Organization*. New York: Columbia University Press, 1934. Vol. I.

PICQUENARD, Charles. French Preparations. In: SHOTWELL, James T (Ed.). *The origins of the International Labor Organization*. New York: Columbia University Press, 1934. Vol. I.

- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, o princípio da dignidade humana e a constituição brasileira de 1988. *Revista dos tribunais*, São Paulo, v. 94, n. 833, p. 41-53, mar. 2005.
- QUEIROZ, Miron Tafuri. *A integração das Convenções da Organização Internacional do Trabalho à Ordem Jurídica Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho e da Seguridade Social) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-21112011-102707/pt-br.php>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. O conceito spinoziano do Estado como garantia de liberdade. In: REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: de Spinoza a Kant*. São Paulo: Paulus, 2005. v. 4. p. 30.
- REIS, Rossana Rocha. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. *RBCS*, v. 19, n. 55, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a09v1955.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- RIEGELMAN, Carol. War-Time Trade-Union and Socialist Proposals. In: SHOTWELL, James T. (ed.). *The Origins of the International Labor Organization*. New York: Columbia University Press, 1934. Vol. I.
- ROSSO, Sadi Dal. A inspeção do trabalho. *Revista de Administração Pública*, v. 30, n. 2, p. 107-136, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8099/6921>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- SÁ, Patrícia Rodrigues Costa de; FERNANDES, Duval Magalhães. A vulnerabilidade social de migrantes: uma análise qualitativa dos haitianos e sírios residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir dos critérios da CEPAL. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016. *Anais...* 2016.
- SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SN – Sociedade das Nações. *Pacto da Sociedade das Nações*. 1919. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/PACTO_DA_SOCIEDADE_DAS_NACOES.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.
- SPELLMANN, W. M. *Uncertain Identity, International Migration since 1945*. Londres: Reaktion Books Ltd, 2008. p. 57.
- TAFT, Donald R.; ROBBINS, Richard. *International Migrations: The Immigrant in the Modern World*. New York: The Ronald Press Co., 1955. ch. 11. 236 p.
- TERESI, Verônica Maria; HEALY, Claire. *Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos/cartilhaguiareferencia.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- TORPEY, John. *The Invention of the Passport – Surveillance, Citizenship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- UNDP – United Nations Development Programme. Human Development Report 2001. New York/Oxford: Oxford University Press, 2001.
- VILLEN, Patricia. O trabalho forçadamente indocumentado e institucionalmente silenciado: a imigração dos “periféricos emergenciais” para o Brasil. *Revista da ABET*, v.

14, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/27949/15018>. Acesso em:
15 jan. 2019.

WALDMAN, Tatiana Chang; FREITAS JUNIOR, Antonio Rodrigues de. *Nem clandestinos, nem ilegais*: construindo contornos para uma definição da condição migratória não documentada no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.